

AS REVOLUÇÕES PROLETÁRIAS E A ORGANIZAÇÃO DA ESCOLA PÚBLICA MODERNA¹

THE PROLETARIAN REVOLUTIONS AND THE ORGANIZATION OF THE MODERN PUBLIC SCHOOL

Karla Cristina Prudente Pereira²
Neide de Almeida Lança Galvão Favaro³

RESUMO

Este artigo analisa o processo de estruturação da escola pública na França e suas funções, no decorrer do século XIX. Com base no referencial do materialismo histórico, a pesquisa é qualitativa e de caráter bibliográfico, envolvendo a análise da materialidade histórica que marcou a organização da educação moderna. Retomam-se os principais acontecimentos franceses deste século, com destaque para as revoluções proletárias que definiram os primeiros conflitos de classe típicos da sociabilidade do capital. Ao se evidenciarem as condições desiguais características da relação capitalista, o proletariado lutou contra a burguesia, levando à Revolução de 1848 e à Comuna de Paris, em 1871. A criação da escola pública foi analisada no interior destes eventos, a fim de entender as influências dos movimentos revolucionários para a mesma. Constatou-se que a classe burguesa reagiu perante a ameaça operária e considerou o potencial da escola como instrumento de contenção social. Foi o desenrolar destes atritos que levou à criação de uma escola a cargo do Estado, nos moldes que se mantém até a atualidade, evidenciando que seus princípios gerais estiveram vinculados à manutenção de uma determinada ideologia e relação social.

Palavras-chave: História da educação. Luta de classes. Revolução. Escola pública.

ABSTRACT

This article analyzes the process of structuring of the public school in France and its functions, in the course of the XIX century. Basing on the historical materialism referential, the research is qualitative and of a bibliographic character, involving the analysis of historical materiality which marked the

1 Este artigo é produto de pesquisa financiada pela Fundação Araucária - PR.

2 Universidade do Estado do Paraná (Unespar), Paranavaí, PR, Braisl. Discente do Curso de Pedagogia. <http://orcid.org/0000-0002-3700-2443>. E-mail: karlacristina_21@hotmail.com

3 Docente do Colegiado de Pedagogia da Universidade do Estado do Paraná (Unespar), Paranavaí, PR, Braisl. Doutora em Educação (UFSC). <http://orcid.org/0000-0003-0569-7225>. E-mail: neidegafa@hotmail.com

organization of the modern education. The main French events from this century are brought back, with emphasis to the proletarian revolutions which defined the first class conflicts typical of the capital's sociability. When evidencing the unequal characteristics of the capitalist relation, the proletariat fought against the bourgeoisie, driving to the Revolution of 1848 and to the Commune of Paris in 1871. The creation of the public school was analyzed from within these events, aiming to understand the influences of the revolutionary movements to it. It was verified that the bourgeois class reacted facing the workers' threat and considered the school's potential as an instrument of social containment. It was the unfolding of these frictions that led to the creation of a State managed school, in the form which is maintained until topicality, evidencing that its general principals were linked to the maintenance of a certain ideology and social relation.

Keywords: History of Education. Class Struggle. Revolution. Public School.

INTRODUÇÃO

Os debates modernos acerca da criação de uma escola para todos podem ser identificados já no interior da Reforma Protestante, no séc. XVI, mas avançaram de forma mais significativa no decorrer da Revolução Francesa, no final do séc. XVIII, sendo afetados pelos ideais do Iluminismo.

A Revolução Francesa foi marcada por dez anos extremamente violentos e complexos, em que o povo pegou em armas e lutou para acabar com o Antigo Regime e o que ele representava para a sociedade. Embora os acontecimentos da Revolução e o próprio contexto material impedissem mudanças reais, algumas propostas educacionais começaram a florescer neste período. Como as manifestações visavam acabar com a organização social e econômica própria do sistema feudal, a educação, que até então havia sido organizada pela Igreja e utilizada como forma de impor seus dogmas e manter o *status quo*, seria um dos alvos de mudanças. Os projetos apresentados encontravam, todavia, limites materiais para sua realização.

A questão girou em torno de uma escola que atendesse às necessidades do modo de organização social nascente, incompatível com o que se conhecia até então. Debatia-se sobre a criação de uma escola laica, pública e gratuita. A Revolução Francesa e a educação do período foram marcadas por um intenso debate e aguerrido

conflito político, que demonstrou o quanto os interesses da Nova República estavam fragilmente ligados, pois se chocavam no ritmo dos desdobramentos políticos e econômicos.

Na primeira Revolução Francesa, seguiu-se ao governo dos *constitucionalistas* o governo dos *girondinos* e ao governo dos *girondinos* o governo dos *jacobinos*. Cada um desses partidos se apoiou no mais avançado. Assim que um deles conduziu a Revolução até o ponto de não mais poder segui-la e menos ainda puxar-lhe a frente, o aliado mais ousado que estava logo atrás dele o pôs de lado e o mandou para a guilhotina. Assim, a Revolução se moveu numa linha ascendente (MARX, 2011, p. 55, grifos do autor).

Cada um desses partidos tinha uma postura diante da Revolução, alguns eram mais radicais, o que favoreceria os trabalhadores, e outros mais ponderados, que ficavam a cargo da burguesia e suas facções. Nas questões que envolviam a educação também ficou evidente o embate entre ideias divergentes, tornando possível identificar propostas mais ou menos radicais, de acordo com a classe que governava e impunha suas prioridades. Apesar das distintas discussões, pode-se afirmar que ganhava força a organização de uma escola dualista, que seguia as desigualdades encontradas na sociedade de classes (PEREIRA; FAVARO, 2017).

O período de 1789 a 1799 e a conjuntura que abriu espaço para as discussões da atual escola pública não obteve resultados efetivos. Esta pesquisa fundamenta-se, portanto, nos acontecimentos posteriores, uma vez que as revoluções proletárias que marcaram o século XIX foram determinantes para a organização da educação atual. Analisa-se aqui este processo, a fim de apreender as influências das lutas de classes na criação e estruturação dos objetivos e princípios da escola pública moderna.

O estudo tem um caráter bibliográfico e é desenvolvido a partir do pressuposto de que as propostas educacionais do século XIX refletem os novos conflitos de interesses, próprios do modo de produção capitalista, marcado pela luta de classes.

Embora persistissem ainda os movimentos de resistência do Antigo Regime, iniciaram-se neste século as lutas proletárias, o que gerou uma instabilidade política no interior das classes revolucionárias

responsáveis pela queda do regime feudal. Isto ameaçou o derrube definitivo da influência política da nobreza e afetou as propostas educacionais, conforme exposto a seguir.

PERÍODO NAPOLEÔNICO E RESTAURAÇÃO: IMPLICAÇÕES EDUCACIONAIS

Após a luta contra as amarras do Antigo Regime, no período da Revolução Francesa, seguiu-se uma fase de intensa instabilidade política e econômica que gerou as condições para a chegada de Napoleão Bonaparte (1769-1821) ao poder. Ao se destacar no âmbito militar e político, ele tornou-se Imperador da França por intermédio de um golpe, em 1799, no qual implantou o Consulado, que perduraria até o ano de 1802. Na tentativa de reorganizar a política e a economia do país, Napoleão tomou uma série de medidas administrativas e econômicas, centralizando-as.

Houve neste período importantes mudanças nas relações sociais, afetando também a organização e a estrutura educacional da época. Na educação, priorizou-se então o ensino secundário, a fim de formar o corpo técnico e burocrático necessário para a administração pública. Segundo Arruda (1978, p. 173), o “ensino secundário foi organizado com o fito de instruir funcionários para o Estado”.

O período que se seguiu foi marcado pela supremacia de Napoleão e suas guerras de conquistas territoriais e econômicas, passando a governar de forma ainda mais déspota que os antigos monarcas. Instalava-se o Império, que duraria de 1804 a 1814. Ele decretou em 1806 o Bloqueio Continental, em que declarou a Inglaterra como inimiga, a fim de impedir que a mesma comercializasse com o resto da Europa.

O despotismo de Napoleão nesse período sobressaiu-se. Eliminou as assembleias, desrespeitou as liberdades individuais e políticas, além de censurar a imprensa. A economia da França, por sua vez, foi impulsionada, o que lhe assegurou o apoio dos camponeses e dos industriais, completando diversas obras de infraestrutura. A educação novamente sofreu os efeitos deste período, cujo alvo foi o ensino superior:

A intervenção do imperador estendeu-se à educação: a Universidade imperial monopolizou o ensino superior e as disciplinas consideradas perigosas para o regime

(História e Filosofia) tiveram seus programas alterados. O governo procurou servir-se até da religião: o catecismo ensinava ao mesmo tempo os deveres para com Deus e para com o imperador; [...]. (ARRUDA, 1978, p. 174).

As mudanças orquestradas por Napoleão objetivavam a manutenção de seu poder. Como salienta Luzuriaga (1984), ele utilizou a educação para assegurar o Império, por isso centralizou a instrução pública por meio da Universidade Imperial.

O Bloqueio Continental e o avanço do Império Napoleônico, no início do século XIX, encontraram resistências externas e Napoleão acabou sendo derrotado em 1813, abdicando do poder em 1814. Iniciava-se então, na França, o período da chamada “Restauração”, que expressou a reação das forças conservadoras ligadas ao absolutismo.

Este foi um período histórico conturbado, marcado tanto por embates políticos e ideológicos, quanto por guerras por posses territoriais. Uma tentativa de selar a paz e conter a difusão da revolução liberal burguesa, que Napoleão disseminara na Europa, foi proposta pelos conservadores, com a chamada Santa Aliança. Esta visava interromper o processo histórico de difusão das relações modernas, restaurando o poder monárquico, mas não obteve êxito.

A reação européia, conduzida pelo Congresso de Viena e pela Santa Aliança, não conseguiu impedir a difusão do movimento revolucionário iniciado na segunda metade do século XVIII. Com a restauração definitiva dos Bourbons, na França, em 1815, os monarquistas, ultra-realistas, conduziram a política interna do país instaurando o Terror Branco e a perseguição aos partidários da revolução e aos bonapartistas. Com a morte de Luís XVIII, em 1824, subiu ao trono seu irmão Carlos X, que foi completamente dominado pelos realistas. [...]. Liberais e republicanos se revoltaram e derrubaram Carlos X: foi a *Revolução de 1830* que teve séria repercussão na Europa: [...] (ARRUDA, 1978, p. 197, grifos do autor).

A Revolução de 1830 marcou o fim do absolutismo no poder. A partir de então, articulou-se uma conciliação dos ideais burgueses

revolucionários com os interesses do Antigo Regime. Iniciava-se na França o período da Monarquia Constitucional (1830-1848), com Luís Filipe ocupando o trono francês. Seu governo foi marcado por três grandes confrontos: a resistência dos adeptos do Antigo Regime, que desejavam a volta de Carlos X; a oposição dos partidários de Napoleão, próximos de seu sobrinho Luís Bonaparte; bem como uma oposição popular, que se fortalecia e resultava na disseminação dos ideais socialistas (ARRUDA, 1978).

O socialismo se constituía como produto das transformações econômicas e políticas que ocorriam. Ficavam cada vez mais evidentes as desigualdades causadas pelo novo modo de produção e de que forma isso afetava a classe trabalhadora. O movimento se organizava e buscava soluções para as injustiças sociais.

Estabelecera-se então uma crise econômica na produção agrícola europeia que fazia com que o preço dos alimentos subisse, enquanto muitos trabalhadores eram despedidos ou tinham seus salários reduzidos. No âmbito político, explicitavam-se os conflitos de classes próprios da nova sociabilidade que se instituíam, levando a alterações nos princípios revolucionários liberais. Agora, combatiam também a ameaça proletária:

O período da Restauração, que segue após a queda de Napoleão até 1848, representa, com a volta dos antigos poderes, uma reação à organização do Estado com base na soberania popular. Existem agora duas formas de despotismo a serem combatidas: o despotismo de um só e o despotismo da maioria, sendo o segundo mais ameaçador que o primeiro (LEONEL, 1994, p. 148).

A educação foi diretamente afetada por esta inflexão política, conforme expressa a legislação do período. Destacou-se durante a monarquia parlamentar de Luís Felipe a figura de François Guizot (1787-1874), que foi então Ministro da Educação. Com a lei de 1833, ele implantou a instrução primária e primária superior, criou salas para crianças menores de seis anos, reorganizou as escolas normais e estruturou um sistema de educação pública. Seu modelo de escola seguiu a ideologia característica desse momento histórico, de contenção dos intensos conflitos e reivindicações sociais. Ao povo era destinado acesso apenas ao saber elementar; já o ensino

primário superior, que se dedicava a alargar os conhecimentos, não era para todos.

A proposta educacional que se constituiu a partir de Guizot ministro, buscou, claramente, evitar a construção da igualdade política à medida que entendia o processo pedagógico como totalmente neutro: a escola deveria ser preservada de tudo aquilo que lhe é exterior, já que o saber era visto como uma produção submetida a uma ordem e descolada de todo interesse objetivo. [...]. A educação, mais do que ser uma propagadora de um projeto de inclusão, se estabelecia, neste universo, como cimento em uma estrutura hierárquica e excludente. Um sistema de ensino para todos, mas que separava e limitava as classes populares a um primário elementar (WEISS, 2001, p. 51-52).

A legislação explicitava seu posicionamento educacional, a favor de uma educação que seguisse a hierarquia existente na sociedade. Combatendo a visão de público instituída com a Revolução Francesa, ele ajustava o processo educacional às distinções sociais: “Quando é preciso governar, civilizar, instruir então a condição social, o grau de civilização, de lazer, de luzes, são fatos imperiosos [...], e a mesma enciclopédia não serve para todas as classes de cidadãos” (GUIZOT apud WEISS, 2001, p. 49). Combatia-se assim o avanço das reivindicações educacionais igualitárias.

As reações populares não tardaram a eclodir, questionando tal lógica econômica e seus princípios. Nesta conjuntura germinaram as revoluções proletárias, marcando o século XIX e a relação social capitalista: a Revolução de 1848 e a Comuna de Paris, de 1871. Suas causas e consequências para a educação são o objeto da próxima análise.

A REVOLUÇÃO DE 1848 E SUAS CONSEQUÊNCIAS EDUCACIONAIS

O século XIX iniciara com vários conflitos, causados pelo combate entre os conservadores, que queriam a volta do Antigo Regime, e os liberais, representados pela burguesia, que lutavam para manter e consolidar seu poder. Até então, desde a Revolução Francesa, havia dois fatores que abasteciam os combates: o

liberalismo, contrário à Monarquia Absoluta, e o nacionalismo, que se fortalecia em meio às guerras de conquistas. A novidade era o socialismo, a nova força social e intelectual que se consolidava, resultante dos recentes conflitos entre a classe trabalhadora e a classe burguesa, e que congregava os interesses da última. Segundo Arruda (1878), a conjuntura social e econômica, marcada pelo liberalismo, nacionalismo e socialismo, resultou nas revoluções proletárias de 1848.

Antes do movimento socialista, os revolucionários buscavam eliminar o que restava da sociedade feudal, por isso em muitas lutas os camponeses e trabalhadores assalariados se uniam à burguesia. Agora se dedicavam à discussão da problemática econômica capitalista, participando ativamente da Revolução de 1848 e lutando por reformas radicais. A Revolução de 1848 plasma o primeiro conflito de classe típico da relação do capital: o proletário contra a burguesia.

Fatores relacionados com a subsistência da classe trabalhadora e camponesa e com suas condições de trabalho contribuíram para este choque. As colheitas na Europa foram fracas, com isso houve um empobrecimento dos camponeses. Concomitantemente, houve a crise de superprodução na indústria, paralisando fábricas e ocasionando demissões. A miséria se alastrou e causou descontentamento geral.

Além disso, os salários foram reduzidos exatamente quando houve a alta dos preços dos gêneros de primeira necessidade. Os recursos financeiros dos Estados precisaram ser empregados na compra de trigo – com isso, as atividades das grandes indústrias e a construção das estradas de ferro ficaram paralisadas e houve uma estagnação econômica geral (ARRUDA, 1978, p. 198).

Os operários rebelaram-se e os ideais republicanos ganhavam mais adeptos. Reuniões para discussão destes ideais e propostas de mudanças eram difundidas pelos socialistas em banquetes. O estopim para a eclosão da Revolução de 1848 foi justamente a proibição de um desses banquetes, pelo Ministro Guizot, no dia 22 de fevereiro. “Elementos da Guarda Nacional (polícia) apoiaram os revoltosos, que fizeram barricadas nas ruas; e foram se tornando cada vez mais fortes. A demissão de Guizot nada resolveu: a Câmara foi invadida e os deputados fugiram” (ARRUDA, 1978, p. 199), culminando na abdicação de Luís Filipe.

Um Governo Provisório, composto por burgueses e socialistas foi instaurado e proclamou a II República da França (1848). Em abril foi realizada a primeira eleição com voto universal, direto e secreto. O governo tentou amenizar a miséria, criando as Oficinas Nacionais, mas sua manutenção com altos impostos agravou a crise.

Marx (2011) indicou que a Assembleia Nacional de maio de 1848 tomou a forma de um protesto contra as jornadas proletárias de fevereiro, reduzindo suas reivindicações aos parâmetros burgueses. "A resposta do proletariado parisiense a essa declaração da Assembleia Nacional Constituinte foi a *Insurreição de Junho*, o mais colossal acontecimento na história das guerras civis europeias" (MARX, 2011, p. 34, grifos do autor).

Sem emprego, o proletariado tentou iniciar um ato revolucionário dentro daquele que já existia, o que foi violentamente abafado pelo General Cavaignac: "16 mil revoltosos foram mortos e 4 mil expulsos do país. A questão operária foi resolvida de acordo com os interesses da burguesia (ARRUDA, 1978, p. 200).

O proletariado viu-se isolado na luta revolucionária, resultando na vitória da república burguesa, que, segundo Marx (2011, p. 36), "representava o despotismo irrestrito de uma classe sobre outras classes". As alianças burguesas foram amplas:

Ela teve o apoio da aristocracia financeira, da burguesia industrial, da classe média, dos pequeno-burgueses, do exército, do lumpemproletariado organizado como guarda móvel, das capacidades intelectuais, dos padrecos e da população do campo. Do lado do proletariado parisiense não havia ninguém além dele mesmo (MARX, 2011, p. 34-35).

O ano de 1848 entrava para a história europeia pelos conflitos de classes. Como frisa Arruda (1978), as reivindicações dos trabalhadores eram de cunho socialista, no entanto, até então não havia um partido organizado que orientasse suas ações. Karl Marx (1818-1883) e Friedrich Engels (1829-1895) foram os responsáveis pela criação do socialismo científico.

Neste mesmo ano Marx e Engels (1829-1895) publicaram o Manifesto do Partido Comunista (MARX; ENGELS, 1968), que influenciaria toda a conjuntura, lançando as bases teóricas do movimento. "O objetivo imediato dos comunistas é o mesmo

que o de todos os demais partidos proletários: constituição dos proletários em classe, derrubada da supremacia burguesa, conquista do poder político pelo proletariado" (MARX; ENGELS, 1968, p. 38).

Houve significativas consequências de tais eventos para a questão educacional. No intuito de atender aos interesses das classes trabalhadoras, segundo Alves (2006, p. 122), a "Revolução de 1848 tentou reintroduzir os princípios revolucionários, entre os quais a obrigatoriedade e a gratuidade do ensino". Os revolucionários almejavam uma educação que criasse a consciência dos antagonismos existentes entre as classes e desse aos trabalhadores condições para lutar a favor dos seus interesses. Essas aspirações, contudo, não tiveram efeitos práticos diante da reação da burguesia, que conteve o movimento revolucionário dos trabalhadores.

De junho a dezembro de 1848 a burguesia resistiu no poder, conseguindo formular uma Constituição Republicana e administrar o estado de sítio de Paris. A nova Lei teve, entretanto, que absorver exigências proletárias, proclamando liberdades como direitos do cidadão francês, mas com a condição de não ameaçarem os direitos dos outros e a segurança pública. No capítulo II da Constituição francesa, § 9, Marx (2011, p. 42, grifo do autor) destacou a questão do ensino: "O ensino é livre. A liberdade de ensinar deve ser gozada nas condições fixadas em lei e sob a supervisão do Estado".

A ditadura dos burgueses encerrou-se em dezembro de 1848, sendo eleito Bonaparte para presidente. Até maio de 1849 a Assembleia Constituinte lutou contra Bonaparte e o Partido da Ordem a ele coligado. De maio a junho de 1849, Marx (2011) indica a luta da democracia pequeno-burguesa contra a burguesia e Bonaparte, bem como sua derrota. Seguiu-se a ditadura parlamentar, de junho a maio de 1850, quando o Partido da Ordem aperfeiçoou seu domínio, abolindo o sufrágio universal.

Os conflitos de maio de 1850 a dezembro de 1851, por sua vez, explicitaram a luta entre a burguesia parlamentar e Bonaparte, resultando no golpe que encerrou o regime parlamentar e o domínio burguês. "O primeiro presidente eleito, Luís Napoleão, em 1851 deu um golpe, implantando o II Império na França e tomando o título de Napoleão III em 2 de dezembro de 1852" (ARRUDA, 1978, p. 200).

No âmbito educacional, as revoluções proletárias de 1848 levaram a burguesia a se aproximar da igreja. Esta acabou invadindo

as atribuições estatais, sendo "impossível imaginar uma submissão mais completa da escola aos interesses da Igreja, do que a que ocorreu na França, em meados do século XIX, como uma decorrência da chamada Lei Falloux" (PONCE, 2010, p. 156). A educação pública sofreu, portanto, um revés diante dos acontecimentos que marcaram esse período histórico:

Com o malogro da Revolução de 1848 produz-se o movimento reacionário que tem por expressão a lei FALLOUX, de 1850, que acentua o caráter autoritário e confessional da educação, favorece o ensino privado ante o público, suprime a gratuidade das escolas e restringe as garantias dos professores (LUZURIAGA, 1984, p. 182).

Diante das insurgências do povo francês, a classe no poder passava a suspeitar da capacidade moral dos homens para utilizar sua liberdade e sua capacidade racional. Retomava-se, segundo Leonel (1994), a tese de Rousseau (1712-1778) de que a ciência por si própria não era moralizante, abalando os ideais iluministas. A burguesia então optou por não eliminar a religião, diante dos acontecimentos de 1848, mas apenas conceder liberdade religiosa.

Guizot, em 1851, afirmou a necessidade de o homem crer na ordem sobrenatural, diante do novo homem soberano, preso a terra e sem relação com o outro mundo. Só assim se evitaria que a desordem prevalecesse na sociedade, pois diante do "perigo do qual nos ameaça o espírito revolucionário, este Satã Humano, ao mesmo tempo cético e fanático", era necessário "o espírito de ordem e de fé, que é o espírito de vida e de conservação" (GUIZOT apud LEONEL, 1994, p. 162). A educação moral ganhava espaço nas discussões deste período, expressando a concepção liberal de que o homem deve aceitar sua insuficiência e se submeter à ordem social.

Essa idéia de Guizot contém já a inversão histórica ocorrida na concepção de homem da burguesia, que passa: de homem revolucionário a homem contra revolucionário; de soberano irreligioso, que vê suas misérias como questões humanas, a homem religioso, que encontra no sobrenatural o consolo para seu

sofrimento; de homem que vê seus males na sociedade e por isso precisa destruí-la por inteiro, a homem que assume os males como próprios de sua natureza e de suas fraquezas; de homem que acredita na razão a homem que tem necessidade da fé; de homem que possui direitos a homem que precisa de deveres. Em resumo: o homem contra revolucionário é o homem revolucionário rebaixado (LEONEL, 1994, p. 164).

Outros motivos acirravam as discussões educacionais. A distribuição desigual de riquezas fez com que os países entrassem em conflito, tornando necessário o fortalecimento da unidade nacional. Surgia a necessidade histórica de forjar no cidadão o "amor à pátria", sendo que este nacionalismo teria dupla finalidade: enfraquecer o internacionalismo do movimento operário e fortalecer a nação (GARCIA et al., 2017).

Na política, a instituição do II Império (1852-1870) encerrou-se com os acontecimentos que eclodiram no ano de 1870. Iniciou-se a guerra franco-prussiana, resultante de conflitos entre a França e a Prússia, antigas rivais. Napoleão III, temendo a expansão prussiana, tentou interferir neste reinado, originando o combate armado. As consequências desse conflito e os acontecimentos do final do século XIX foram cruciais para os novos rumos educacionais.

A COMUNA DE PARIS E A CRIAÇÃO DOS SISTEMAS NACIONAIS DE ENSINO

A constituição da sociedade capitalista mudara a organização social e instituíra as novas classes. Pinheiro (2011) afirma que a partir daí o projeto antagônico aos interesses da classe trabalhadora foi firmado e a burguesia perdeu sua característica progressista, projetando-se como classe dominante. Além do poder que deu à classe burguesa, a relação social do capital criou, contraditoriamente, também o ambiente propício para a união do proletariado, que se tornava mais numeroso.

Ainda que o movimento de 1848 tenha terminado com a vitória da classe burguesa e seus líderes sofressem repressão, os operários continuaram a se organizar. A classe trabalhadora tomava

consciência de sua posição na nova sociedade e persistia na luta. A guerra franco-prussiana, que resultou na derrota francesa, apenas ajudou a intensificar os conflitos desse período.

[...] no teatro de operações, as tropas francesas mostraram-se taticamente incompetentes, apesar da enorme quantidade de soldados mobilizados, ainda que inferior nos equipamentos bélicos. Com esse roteiro, a guerra não se prolongou por muito tempo. Após várias derrotas, chegamos à batalha final com grande mortandade, o aprisionamento de 100 mil soldados franceses e a prisão do imperador Napoleão III. A França é derrotada e humilhada no dia 2 de setembro de 1870 na batalha de Sedan (PINHEIRO, 2011, p. 34).

O proletariado, por sua vez, firmava-se e lutava contra a desigualdade social e econômica. Foi assim que a guerra franco-prussiana “culminou, simultânea e paralelamente, com a criação formal da nação alemã e a explosão da Comuna de Paris, que durou de março a maio de 1871, realizando ‘o primeiro governo operário’ da história” (COGGIOLA, 2011, p. 17).

A derrota francesa e a prisão do imperador “contribuiu para que o bonapartismo fechasse o seu ciclo que marca o seu colapso” (PINHEIRO, 2011, p. 34). Os conflitos internos na França tomaram proporções maiores. Formou-se assim um governo provisório, instaurando a Terceira República (1870-1940), embora tenha se consolidado um vazio político em que se manifestaram as forças do governo de defesa nacional e depois do governo provisório, mas também o poder das massas na sua insatisfação com as condições da derrota. Os trabalhadores exigiram armas para enfrentar o inimigo e, por “duas vezes antes de março de 1871, em outubro de 1870 e janeiro de 1871, organizaram insurreições que tinham como objetivo explícito a instauração da Comuna, porém foram malsucedidos” (COGGIOLA, 2011, p. 19).

As tropas prussianas voltaram ao ataque e se organizaram nos portões de Paris e em 18 de janeiro de 1871 a bombardearam, ocupando Versalhes e proclamando o Império Alemão. O governo provisório capitulou diante do avanço prussiano e se transferiu para a cidade vizinha de Versalhes, quando então os trabalhadores, constituídos em Guarda Nacional, recusaram-se a ceder e a depor

as armas contra o cerco prussiano. Em janeiro de 1871 o governo da França pediu o armistício e foi obrigado a aceitar o Tratado de Frankfurt, perdendo a Alsácia e a Lorena para os alemães (ARRUDA, 1978).

A luta de classes se intensificou e os soldados de Thiers, então presidente do governo provisório, procuraram desarmar os trabalhadores em 18 de março de 1871, quando então eles resistiram e tomaram a cidade, elegendo com o voto universal, no dia 26 de março, uma Comuna (IASI, 2011).

O proletariado organizado em luta, no final do séc. XIX, desvelava as contradições atuais ao confrontar a relação social do capital. Segundo Coggiola (2011, p. 17), a Comuna “foi o ponto alto e também de virada do movimento organizado do proletariado na Europa, que vinha tomando forma mais definida desde 1848”. Enquanto a Comuna se mantinha no poder, foram realizadas eleições e os revolucionários implantaram mudanças políticas e econômicas que favoreciam a classe trabalhadora.

Nas discussões acerca da educação, a Comuna procurou validar a separação entre Igreja e Estado. Embora a discussão sobre uma educação laica existisse desde a Revolução Francesa, ela apenas se concretiza com as lutas de 1871, com o estabelecimento de uma educação com embasamento científico. Em seus decretos, os revolucionários deixaram claro qual era a educação que buscavam: ela deveria estar em consonância com as mudanças do regime social, ou seja, com a ideologia socialista. Deveria ser também uma educação integral e aberta a todos, que desenvolvesse o homem em todas as suas potencialidades. Em suma, a Comuna buscava uma educação pautada no respeito ao semelhante e na justiça (MELO, 2011).

A Comuna, entretanto, desde o início estava fragilizada. Em 20 de abril os versalheses entraram em Paris, ao todo 130 mil homens. Iniciativas de resistências foram tomadas. A cidade foi reconquistada aos poucos, sendo que muitos foram massacrados e presos: homens, mulheres e crianças. Em 28 de maio caiu a última barricada e a burguesia venceu. Segundo Iasi (2011, p. 97), o “massacre foi tão intenso que os próprios jornais conservadores começam a pedir o fim da matança”.

De acordo com Pinheiro (2011), Marx elencou na ocasião os erros da Comuna. O primeiro ocorreu quando Thiers evacuou Paris.

Nesse momento o Comitê Central deveria ter marchado com a Guarda Nacional para Versalhes, mas ao invés disso deu espaço para que fosse organizada uma reação. Outra falha foi o fato de a Comuna não ter tomado o Banco Central da França, pois Thiers continuou tendo recursos e usando-os tranquilamente. Também não se viu a Comuna apoiando as lutas operárias nas províncias, prejudicando uma coalizão dos diversos movimentos, o que teria fortalecido a luta contra Versalhes.

A derrota da Comuna de 1871 teve efeitos no movimento operário internacional, com suas realizações e suas derrotas, consistindo, segundo Coggiola (2011, p. 26), na “base de desenvolvimento das correntes revolucionárias e reformistas no movimento operário francês e europeu, até 1914”.

Ela afetou a história da sociedade burguesa e também a educação. Como consequência desses acontecimentos, emergiram distintas propostas e reformas educacionais, que resultaram na instauração dos sistemas nacionais de ensino na França.

[...] De imediato, a Terceira República criou escolas para a população em idade escolar; construiu prédios escolares e melhorou as condições de trabalho do magistério. Mas foi principalmente após a designação de Jules Ferry para o Ministério da Instrução Pública, em 1879, que se estabeleceram as bases da educação pública na França. [...] (ALVES, 2006, p. 123).

Responsável pela aprovação da Lei de 1881, Jules Ferry (1832-1893), assegurou a gratuidade do ensino primário. Em outra Lei, de 1882, ele instaurou a obrigatoriedade do ensino para ambos os sexos e sua laicidade. A proposta era de uma educação a cargo do Estado. Tal legislação trazia orientações para o ensino moral e cívico. Para Ferry, a moral era um saber universal, a educação deveria não apenas transmitir conhecimentos, mas também formar o caráter (SILVA; FABIANO, 2011).

Segundo Leonel (1994, p. 198), “a escola de Ferry vai além da simples instrução porque instruir não é educar e educar é moralizar”. Em sua Carta Dirigida aos Mestres, Ferry destaca a instrução moral e cívica como a grande novidade e “define a moral laica como a velha e boa moral prática que temos recebido de nossos pais e de nossas mães e que os professores deverão seguir

sem que tenham necessidade de discutir suas bases filosóficas" (LEONEL, 1994, p. 203). A educação que se configura passa então a agir intencionalmente sobre a dualidade contraditória do ser, negando o homem real e afirmando o cidadão moral.

O nacionalismo exerceria também forte influência, defendendo o amor à pátria e complementando o ideal moral abstrato. Seus ideais substituíam a antiga obediência ao rei pela devoção ao país. Assim como no século XVIII e nos anteriores a educação tinha caráter geral, neste se afirma seu aspecto nacional. A educação se adaptava às condições históricas diversas dos países, que no final do século XIX estabeleceram seus sistemas nacionais. Todos tinham, todavia, a característica comum do nacionalismo. Tratava-se agora de dar caráter cívico ao ensino de cada país, em forma de educação patriótica e nacionalista (LUZURIAGA, 1984, p. 181).

Ficou nítido que a educação, que emergiu da luta dos trabalhadores, não foi criada pela classe trabalhadora, mas sim para a classe trabalhadora. Neste período "desenvolveu-se a mais intensa luta dos partidos políticos, conservadores e progressistas, reacionários e liberais, por apoderar-se da educação e da escola, para seus fins" (LUZURIAGA, 1984, p. 180). Com isso, o que temos é uma educação pensada para manter a sociedade sob o domínio da classe burguesa.

A escola que se firmou na França no final do séc. XIX serviu como modelo e se estendeu por toda a Europa e América. Até os dias atuais, quando se fala em instrução pública, enunciam-se princípios propostos neste ambiente complexo de lutas históricas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As revoluções proletárias, que marcaram o século XIX, foram determinantes para a forma de organização da escola pública na França e seus princípios. Os ideais deixados pelas revoluções trouxeram novas demandas e moldaram a escola que surgia, com uma educação pública, laica e gratuita, que se espalhou por toda a Europa, se adaptando às necessidades de cada país.

Era necessário ajustá-la à lógica das relações sociais regidas pelo capital em meio aos conflitos marcados pela explosiva luta de classes. Algumas características do período se sobressaem, bem como

suas conseqüências para a classe trabalhadora. Embora a burguesia tenha se unido aos camponeses e trabalhadores assalariados no movimento revolucionário inicial, bastou derrubar o Antigo Regime para que essa união fosse quebrada. A burguesia se aliou às velhas estruturas quando necessário, a fim de se manter no poder e derrotar os operários, consolidando-se como classe dominante. Ficava nítido o papel destinado aos trabalhadores na nova estrutura social.

Os movimentos de 1848 e a Comuna de Paris, de 1871, marcaram a luta do proletariado pelos seus interesses. Diante das concretas desigualdades sociais, os trabalhadores passaram a questionar e exigir mudanças, sendo uma das reivindicações justamente uma escola gratuita e acessível a todos.

A burguesia enfrentou a ameaça do poder proletário e tomou para si a criação de uma escola para o povo, fazendo desta uma ferramenta de contenção social. Se não era mais possível deixar de educar a massa, essa educação não deveria conduzi-la para uma emancipação intelectual, que lhe permitisse questionar a ordem social vigente. Era preciso selecionar com cuidado o que seria ensinado.

Para o povo ficou destinada uma educação conformadora: elementar e de caráter moral e cívico. Assim se instituíram os sistemas nacionais de ensino franceses. Embora houvesse uma educação para a expansão intelectual, ela não atingia toda a população. Era uma educação pública e gratuita, mas não democrática.

Os ideais de educação pensados na Revolução Francesa, um movimento de luta contra o passado feudal, foram retomados, embora adaptados à nova lógica societal. A educação estruturada passou a servir ao Estado, formando agora o cidadão contrarrevolucionário. Assim como na sociedade feudal a igreja tomara para si a responsabilidade da educação e a usara para benefício próprio, a classe burguesa utilizou a mesma estratégia para estruturar uma educação pública, que se espalhou e ainda mantém na atualidade os mesmos traços gerais.

REFERÊNCIAS

ALVES, Gilberto Luiz. *A produção da escola pública contemporânea*. 4. ed., Campinas: Autores Associados, 2006.

ARRUDA, José Jobson de. *História Moderna e Contemporânea*. 9. ed., São Paulo: Ática, 1978.

COGGIOLA, Osvaldo. A Comuna de 1871: antecedentes e consequências. In: PINHEIRO, Milton (Org.). **140 anos da Comuna de Paris**. São Paulo: Outras Expressões, 2011. p. 13-28.

GARCIA, Jeferson Diogo de Andrade et al. A origem da escola pública no século XIX: contraposições ou coerência com as necessidades do capital? **Revista Tempos e Espaços em Educação**, São Cristóvão, Sergipe, v. 10, n. 21, p. 117-190, jan./abr. 2017.

IASI, Mauro Luís. A Comuna de Paris e o Estado: a forma enfim encontrada. In: PINHEIRO, Milton (Org.). **140 anos da Comuna de Paris**. São Paulo: Outras Expressões, 2011. p. 89-123.

LEONEL, Zélia. Contribuição à história da escola pública: elementos para a crítica da teoria liberal da educação. 1994. 258 f. **Tese** (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, Campinas – SP, 1994.

LUZURIAGA, Lorenzo. **História da educação e da pedagogia**. 15. ed. São Paulo: Ed. Nacional, 1984.

MARX, Karl. **O 18 de Brumário de Luís Bonaparte**. São Paulo: Boitempo, 2011. _____; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista**. 2. ed. São Paulo: Escriba Ltda., 1968.

MELO, Wanderson Fabio de. A Comuna de Paris e a educação: a luta pela escola pública, gratuita, laica e universal, e a recuperação de um debate para a historiografia. **Hist. R.**, Goiânia, v. 16, n. 2, p. 113-135, jul./dez. 2011.

PEREIRA, Karla Cristina Prudente; FAVARO, Neide de Almeida Lança Galvão. A Revolução Francesa e as origens da escola pública. **III Encontro anual de iniciação científica da UNESPAR**. Apucarana, 2017.

PINHEIRO, Milton. A Comuna de Paris: contexto histórico e luta direta. In: _____ (Org.). **140 anos da Comuna de Paris**. São Paulo: Outras Expressões, 2011. p. 29-52.

PONCE, Aníbal. **Educação e luta de classes**. 23. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

SILVA, Franciele Alves da; FABIANO, Luiz Hermenegildo. O ensino da moral e a escola pública: reflexões sobre modernidade e formação. In: Seminário de Pesquisa do PPE, 2011, Maringá. **Anais...** Maringá: UEM, maio 2011, p. 1-11.

WEISS, Jussemar. Guizot e a Educação. **História da Educação**, ASPHE/FaE/UFPEl, Pelotas, n. 10, p. 43-52, out. 2001.

Submetido em Maio 2018

Aceito em Agosto 2018

Publicado em Maio 2019